

Luta e persistência por um mundo sem fome em Josué de Castro: uma revisão da geografia da alimentação

Patrício Aureliano Silva Carneiro *

Resumo

A enorme contradição entre o crescimento da produção agrícola e, paralelamente, o da população de famintos indica que o Brasil ainda tem obtido muito mais êxito em produzir alimentos a distribuí-los de maneira adequada. Josué de Castro e suas diversas obras, voltadas para a geografia da alimentação e do subdesenvolvimento, são um extenso caminho de revisão das verdadeiras causas da fome no país.

Palavras-chave: Josué de Castro, subdesenvolvimento, fome.

Struggle and persistence for a world without hunger in Josué de Castro: a review about the geography of the feeding

Abstract

The huge contradiction between the agricultural production's growth and, parallel to, the population of starving shows that Brazil has still been obtaining much more outcome in production of food than its distribution in an appropriate way. Josué de Castro and his several works about geography of the feeding and underdevelopment are an ample way of review about the real causes of hunger in Brazil.

Key words: Josué de Castro, underdevelopment, hunger.

I - Introdução

* Professor do Curso de Geografia – Universidade Federal de Viçosa (patricio@ufv.br).

“O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta”. (Josué de Castro. In: CASTRO, 2005, p.1).

A primeira teoria associando desenvolvimento econômico com crescimento populacional e disponibilidade de recursos alimentares foi proposta por Malthus, no seu Ensaio sobre População, em 1798. Este autor advertiu que o alimento, imprescindível para a existência do homem, e a paixão entre os sexos, necessária, sendo duas leis fixas da natureza, se comportariam como entraves no caminho da perfectibilidade da sociedade, pois traria como implicação a miséria.

Para os adeptos da corrente malthusiana, a duplicação da população dobrava a necessidade de alimentos e muitos outros fatores essenciais para uma forma de vida decente¹. Huxley (1965) defendia a superpopulação como a ameaça mais séria ao progresso e à felicidade da humanidade. Para este autor, a chave do problema estaria na redução da natalidade. Appleman (1973) ressaltava que a razão da pobreza dos países subdesenvolvidos residia no descompasso criado pelo alto crescimento das suas demandas quando comparado ao baixo crescimento das ofertas. Para John Kennedy, ex-presidente dos EUA:

“[...] a explosão populacional mundial rápida, esmagadora e sem precedentes é a primeira entre as causas da diferença

¹ Na relação população *versus* recursos, o problema central parecia ser o da alimentação. Porém, Darwin acreditava que o problema residia no homem, pelo fato deste ser um animal e, desta forma, obedecer às leis da Zoologia ou à Lei do Crescimento. Esta lei adverte que toda a geração de um animal sempre produz algum excesso na geração seguinte, a qual é então novamente reduzida à moderação pelas operações da seleção natural (OSBORN, 1965).

entre as nações que têm e as que não têm” (JONES, 1963, p.16).

Também partidário desta corrente, Benarde (1971) ainda destacava que as arraigadas práticas culturais se constituíam nos mais fortes obstáculos à quebra do ciclo pobreza/má nutrição, além do que o sistema de minifúndios tornava a terra inadequada para produzir as imensas quantidades de colheitas necessárias.

A concepção de que a população crescente, em presença de suprimentos alimentícios decrescentes ou fixos, daria origem à generalização da fome se manteve até a década de 1940, quando Josué de Castro, à luz dos fatos históricos, sociais e biológicos, desbancou esta teoria. Pioneiro na luta contra a fome, o referido intelectual desempenhou papel importante na história de seu país e no mundo, ao desmascarar as verdadeiras causas do subdesenvolvimento e mostrar que a fome não seria apenas uma consequência da produção insuficiente de alimentos ou das condições naturais.

Fernandes e Gonçalves (2000) enfatizam que Josué Apolônio de Castro, com suas inúmeras obras voltadas para a denúncia da fome no mundo, pode ser considerado um dos maiores legados deixados pela história. Nascido na cidade do Recife, no dia 05 de setembro de 1908, formou-se em medicina pela Universidade do Brasil, em 1929. Além de médico exemplar, foi também importante profissional das áreas de Geografia e Antropologia Física, atuou em diversas instituições nacionais e internacionais, ocupando o cargo de Presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) entre 1952 e 1956. O golpe militar de 1964 cassou os direitos políticos do intelectual que, em 24 de setembro de 1973, faleceu em Paris.

Josué de Castro, ao assinalar o início das denúncias acerca da fome, que ainda assola a humanidade, acreditava que lutar contra este flagelo era o princípio da busca por um mundo de paz.

A denúncia da subalimentação no Brasil e no mundo

“[...] Há sete anos que o Nilo não enche. O trigo é escasso e há falta de alimentos. Os homens entregam-se ao roubo e à pilhagem [...] Aqueles que deviam correr nem sequer podem andar [...] Os celeiros estão abertos e vazios. É o fim de tudo” (Primeiro documento sobre a fome no mundo. 2140 a.C. In: ZOTTOLA, 1966, p.27).

O marco inicial de denúncia mundial do problema da fome no território brasileiro foi a publicação de *Geografia da Fome*, em 1946, divulgada em 25 idiomas. Por meio de evidências, extraídas das diversas áreas do conhecimento como Biologia, História, Economia, Medicina e Geografia, Josué de Castro aponta que a fome no Brasil não é uma questão de produção de alimentos, mas de distribuição de renda. A metodologia, eminentemente geográfica, utilizada pelo autor, propôs a divisão do espaço brasileiro em Amazônia, Nordeste açucareiro, Sertão nordestino, Centro e Sul. Este método viabilizou a análise tanto das características físico-naturais quanto das sociais; ao localizar os fatos no espaço, tornou-se possível um estudo mais abrangente da questão, com vistas à superação do problema.

Ao confeccionar o primeiro mapa da fome no Brasil, Castro (1946) desbancou a concepção dos malthusianos, defensores das teorias da superpopulação, da falta de alimentos e das questões naturais, como causadoras da fome, apontando que a superpopulação era antes de tudo uma consequência da fome e que esta seria decorrente de estruturas econômicas defeituosas.

O referido autor criticou os métodos de produção agrícola pautados no latifúndio, responsáveis pela grande massa de sem-terra e famintos, demonstrando que o grande problema nacional, ou seja, o dilema da fome no subdesenvolvimento brasileiro, não seria uma causa decorrente de questões naturais, mas uma consequência do processo de colonização do país. A situação da subalimentação seria resultado da própria estrutura econômica da vida do povo, sendo que as condições naturais, em determinados momentos, favoreciam a ampliação dos malefícios, agindo apenas como fatores imediatos.

Castro (2003) ressaltava que o cerne da questão estaria na dependência política e econômica do Brasil frente às metrópoles e no sistema de ocupação que propiciou a opressão e a desapropriação dos povos nativos, os quais moldaram uma exploração voltada para a exportação, tendo, portanto, como âncora o latifúndio e a monocultura, verdadeiras causas do subdesenvolvimento.

A monocultura determinava, claramente, a forma de propriedade da terra. Culturas como a da cana-de-açúcar do Nordeste estimulavam ao máximo a monocultura e o latifúndio, gerando um grande ônus para a população local, devido à concentração da terra e ao impedimento de um regime alimentar diversificado. As secas apenas intensificavam a fome, devido aos sistemas econômicos e sociais da região, sistema este que beneficiava grandes proprietários agrícolas, comerciantes e políticos.

Argumenta Castro (1951) que os motivos de ordem política e econômica e os preconceitos de ordem moral da civilização ocidental contribuíram para que a fome fosse adotada como um tema proibido. Segundo o autor, hoje os povos esfomeados têm consciência da realidade social da sua condição. Assim, as verdadeiras causas do subdesenvolvimento não seriam as questões naturais ou a superpopulação dos países pobres, mas as questões históricas desfavoráveis; principalmente a exploração colonial, baseada na dependência política e econômica e no sistema de exportação, pautado na monocultura e no latifúndio. Estes últimos constituem fatores, que colaboram para a inserção dos países pobres na periferia da economia mundial.

Na concepção de Castro (1946), a fome foi compreendida sobre duas dimensões: epidêmica e endêmica. A primeira se constitui na fome total, a mais aguda e violenta, um fenômeno estrutural, enquanto que a segunda se apresenta como a fome parcial, oculta, devido à falta de determinados elementos nutritivos. O Nordeste açucareiro e a Amazônia representavam áreas de fome endêmica, já o Sertão nordestino, área de fome

epidêmica. No Nordeste açucareiro, não se poderia explicar a fome com base somente em razões naturais, pois a ocupação extensiva da monocultura de cana-de-açúcar impediu a diversificação da produção, criando um regime alimentar impróprio, causador da fome endêmica. A fome seria, então, uma conseqüência natural da estrutura econômica e social dominante. No Sertão nordestino, o problema da fome não seria permanente, mas ocorreria de forma intensa nos períodos de seca. As deficiências nutricionais seriam episódios ligados a um déficit periódico na provisão de alimentos, agravados pelo clima e pela pobreza generalizada da população. A ausência de monocultura contribuiu para que houvesse uma melhor dieta alimentar do sertanejo em comparação ao brejeiro do Nordeste açucareiro.

Ainda no cenário da fome do Nordeste, Castro (1966a, p.41), na obra *Homens e Caranguejos*, observa que os mangues do Recife eram uma terra fecunda. De acordo com o autor, os mangues atraíam homens vindos de outras áreas de fome mais intensa, das áreas da seca e da monocultura de cana-de-açúcar, “onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem, reduzindo tudo a bagaço”².

Daí decorre a defesa da implantação da reforma agrária no Brasil, não embasada somente na desapropriação e na distribuição de terra aos trabalhadores despossuídos. Segundo Castro (1946), a reforma agrária deveria ser debatida num processo de releituras das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a posse da terra e os que dependem exclusivamente dela para retirar o seu sustento. O estabelecimento agrícola deve ser equitativo nos termos do seu acesso e com políticas não-diferenciadas de fomento à produção para os diferentes agricultores, visando à maior coletividade rural.

² Castro (1946) deixa claro que no Centro e no Sul do país, apesar de não possuírem quadros de calamidade, também se encontravam estados de subnutrição.

Desta forma, Josué de Castro, ao criticar os métodos de produção agrícola baseados no latifúndio e propor reformas estruturais rurais, produziu impacto, no Brasil e no mundo, pela forma como a questão da fome foi seriamente discutida e apresentada. As verdadeiras causas da fome foram desmascaradas, cientificamente, com base em resultados de exaustivos e meticulosos estudos, quando o intelectual apontou que a problemática da fome, no subdesenvolvimento do Brasil, era decorrente da exploração colonial pela qual passou o país.

Obra de relevante destaque, com o mesmo viés de denúncia social, porém numa escala mundial, foi *Geopolítica da Fome*, publicada em 1951. Ao refletir sobre as diversas situações alimentares de várias partes do mundo, Josué de Castro reafirma que a fome é causa da superpopulação, desbancando a concepção malthusiana. Segundo o autor, nos calamitosos períodos de fome e de pestes, as populações aceleram a marcha do seu crescimento; além do que, os países de maior miséria alimentar são também, paradoxalmente, aqueles nos quais as populações crescem com mais voracidade. O discurso malthusiano de que a superpopulação era a causadora da fome estava rodeado por motivos de ordem política ou de ordem econômica, quando se atribuía a condições naturais, o que seria mais produto de condições sociais desumanas³.

O problema da fome não seria apenas decorrente da produção insuficiente de alimentos, pois grande parte da população não dispunha de meios econômicos para adquirir os alimentos. Portanto, a solução do problema não estaria na ampliação sucessiva da produção de alimentos, mas seria uma questão de redistribuição⁴. A intensificação da desigualdade social contribuiria para agravar a fome, nos países mais pobres. Em

³ Os adeptos do malthusianismo, ao estudarem a relação população e alimentação, não seriam capazes de explicarem a produção contraditória da superprodução e da fome.

⁴ Boudreau (1946) afirma que temos obtido muito mais êxito em produzir alimentos do que em distribuí-los de maneira adequada.

prefácio da edição francesa de *Geopolítica da Fome*, Max Sorre, ex-professor de Geografia da Universidade de Paris - Sorbonne, escreveu que as necessidades alimentares jamais foram satisfeitas de um modo permanente, senão para uma pequeníssima parte da humanidade.

Na sua persistência em denunciar os problemas sociais, em *A luta contra a fome no Nordeste do Brasil*, Castro (1966b) argumenta que a fome e a guerra são, na realidade, criações humanas. Destaca o autor que entre os achados paleontológicos dos primeiros grupos humanos, não se encontram sinais da existência da guerra organizada e de carências alimentares. Já nos grupos mais sedentários, os esqueletos trazem gravadas as marcas da fome, levando a crer que a fome e a guerra seriam criações humanas, não obedecendo a qualquer lei natural⁵. A fome só teria surgido depois que o homem alcançou um grau de cultura, propício à acumulação e ao estabelecimento de fronteiras defensivas de suas riquezas acumuladas.

A intensificação da geografia das desigualdades: entre a abundância e a escassez do território

“A característica precária mais notável, o ponto mais negro e mais constante da conjuntura econômica e social [das] regiões subdesenvolvidas é a fome crônica e generalizada na qual vegetam as grandes massas da população: a grande massa dos deserdados, segundo a expressão penetrante de Tibor Mende, aqueles que, de uma geração a outra, apenas receberam por herança a sua parte fixa de fome e de miséria” (CASTRO, 1996b, p.166).

Embora a fome não seja um processo recente, ela se fortalece, de forma assustadora, a partir da maximização do

⁵ Waldorf (1878) *apud* Castro (1951) ressalta que o desgaste humano produzido pela fome é bem maior do que o das guerras e das epidemias em conjunto.

desenvolvimento desigual excludente, característico do processo de acumulação capitalista.

Decorridos quase 60 anos da denúncia da fome no Brasil, por Josué de Castro, mais de um terço da população brasileira ainda passa fome. Isto equivale dizer que enquanto os portos brasileiros continuam a exportar milhões de toneladas de grãos, contraditoriamente, mais de 60 milhões de pessoas morrem de inanição no país.

Inúmeros autores, a exemplo de Parker (1966), defendiam que a vitória contra a pobreza e a fome se resumia na aplicação, em larga escala, de todos os conhecimentos científicos e tecnológicos à agricultura. Appleman (1973) advertia que a solução estaria no aumento da produção de alimentos, via ampliação das técnicas de irrigação, do uso de fertilizantes e de melhores qualidades de plantas nos países subdesenvolvidos e superpovoados.

Todavia, a revolução tecno-científica, ao atribuir novos elementos ao espaço agrário brasileiro, fez com que este passasse a servir política e tecnicamente aos interesses das grandes empresas multinacionais. Isto gerou conseqüências sócio-espaciais desastrosas, visto que parte inexpressiva da sociedade brasileira se beneficiou com esta revolução, observada em poucas ilhas altamente tecnificadas no campo.

A tecnicização seletiva

“A fome é apenas a expressão biológica do complexo do subdesenvolvimento econômico e a luta contra a fome exprime-se em última análise na luta contra o subdesenvolvimento” (CASTRO, 1966b, p.168).

O uso que se deu à ciência e à técnica não foi capaz de libertar o homem da sua necessidade primordial, a de se alimentar, pois garantiu apenas elevadas safras e diversidade da produção, exigidos pela contínua ampliação dos mercados internacionais. Contrasta-se no país, a abundância da produção de alimentos, voltada para o mercado externo, com a crescente escassez, visível na grande massa de pobres famintos. Castro (1957) destaca que

numa economia regulada pela lei da oferta e da procura, esta última está longe de refletir as necessidades reais dos grupos humanos.

A evolução tecnológica seria suficiente para alimentar toda a população de famintos. Carneiro e Pereira (2005) demonstram que desde o início da década de 1990, dados do IBGE apontam um crescimento sem precedentes da produção de grãos no Brasil, que na última safra (2002/03) já era o dobro daquela do princípio da década, quase 120 milhões de toneladas. Em contrapartida, a produção de famintos também vem crescendo no país, correspondendo a mais de um terço da população no ano de 2000. Esse crescimento desigual, gerador de riqueza para poucos e de pobreza e fome para muitos, revela a dialética entre abundância e escassez, num país que é dono de uma das maiores áreas agricultáveis do mundo.

A despeito de a área plantada ter se mantido relativamente constante desde o princípio da década de 1990, a produtividade agrícola vem aumentando de forma intensa. Tal crescimento tem sido sustentado por uma introdução maciça de tecnologia, capaz de modificar completamente as hostilidades impostas pelo meio, e possibilitar uma intensificação sucessiva da terra explorada. Como aponta Santos (1998), as diferentes densidades técnicas, que o homem impôs à natureza, visando à transformação das hostilidades naturais e (re) adaptação dos lugares, constituem um importante elemento de explicação da diversidade dos lugares geográficos, pois a sua distribuição desigual acarreta, simultaneamente, riqueza-abundância e pobreza-escassez no espaço.

A introdução da técnica, da ciência e da informação no campo consolidou um processo de modernização agrícola, voltado para o grande estabelecimento rural, isento da reforma agrária. Os pequenos agricultores, pautados na exploração extensiva da terra, foram excluídos pelo elemento dinamizador da agricultura - a tecnologia - tornando-se incapazes de competir com os segmentos do capital agrário vinculados à exploração intensiva da terra. As evoluções tecnológicas permitiram alavancar a produção agrícola, oferecendo mais oportunidades aos extremamente ricos de ganhar

dinheiro mais rápido e deixando de fora grande parte da população brasileira⁶. Tal evolução tecnológica seria suficiente para alimentar toda a população de famintos.

A enorme contradição entre abundância e escassez, observada no contínuo crescimento da produção agrícola e, paralelamente, da população de famintos, mostra que tem-se incentivado mais a produção de alimentos, em detrimento da distribuição destes de maneira adequada. Portanto, não basta produzir alimentos, ainda que lançando mão de todas as técnicas disponíveis. É preciso criar condições para que esses alimentos possam ser produzidos ou adquiridos pelas populações que deles necessitam, sendo necessário voltar-se para os fatores que entravam esta “Geografia da Alimentação”, nas palavras de Max Sorre.

A intensificação das dualidades riqueza-pobreza e abundância-escassez é marcante por agravar a dimensão da fome nos países pobres. Nestes países periféricos, a característica mais presente é a fome crônica e generalizada, indivíduos que, durante gerações, “apenas receberam por herança, a miséria e a fome”, como apontou Castro (1966b). Isto gera um dilema, pois faz parte daquilo que Nurkse (1952, p.34) denominou de “círculo vicioso da pobreza”, pois se comporta como uma ação cumulativa e interdependente, fazendo com que os famintos não se alimentem porque não dispõem de meios para produzir, devido à sua pobreza, e não produzem porque são famintos. Castro (1965), em *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, mostra que o círculo vicioso de reprodução da pobreza e da fome é capaz de arrastar os grupos pobres e famintos para os caminhos mais estranhos, tudo para satisfazerem o flagelo e a aflição do desejo de se alimentarem. Os

⁶ Segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, elaborado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), publicado em 2003, nos 5.507 municípios brasileiros a média da porcentagem de pessoas pobres em 2000, ou seja, com renda mensal *per capita* abaixo de R\$ 75,50 ($1/2$ do salário mínimo), era de 46,5% da população.

fenômenos da pobreza e da fome seriam, então, fatores influentes na desagregação econômica-social de um país ou região.

A apropriação diferenciada de recursos pelos grupos humanos é uma das causas principais da maximização da pobreza no nível mundial, ao provocar uma extrema concentração de riquezas nas mãos de poucos. Segundo o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, em 1960, os países ricos, detentores de 20% da população mundial, abarcavam uma renda 30 vezes superior à dos 20% dos países pobres. Já em 1995, esta renda passou a ser 82 vezes maior.

No Brasil, apesar da modernidade ter alterado significativamente as paisagens, os direitos universais ainda não chegaram efetivamente aos lugares tradicionalmente atingidos pela fome e pela miséria, colocando o país numa posição que detém uma das piores distribuições de renda no mundo. Em 2000, o *Censo Demográfico* do IBGE apontou que enquanto a parcela dos 50% mais pobres detinha 13,5% da renda total, a parcela dos 1% mais ricos monopolizava 13,8%.

A concentração da terra no Brasil é um dos maiores obstáculos à superação da pobreza e da fome. Carneiro e Pereira (2005) mostram que nas microrregiões de alguns estados, os estabelecimentos agrícolas, acima de 500 hectares, chegam a ocupar 99% da área; mantendo atrelados, milhões de arrendatários e parceiros que não dispõem de terra para o cultivo⁷. Essa concentração excessiva da terra coincide, em grande parte, com as áreas destinadas às grandes monoculturas e/ou à pecuária extensiva, se constituindo num dos fatores ideais para o desenvolvimento e a ampliação da pobreza e da fome no Brasil. Essas terras, geralmente de boa qualidade, continuam, historicamente a privilegiar os produtos agrícolas voltados para exportação.

⁷ O *Censo Agropecuário* de 1995/96, do IBGE, identificou 5.101.383 estabelecimentos agropecuários no Brasil. Destes, 723.796 ou 14,2% são caracterizados por terras arrendadas e em parceria.

Na contramão do processo de concentração fundiária, os pequenos estabelecimentos se comprimem em pequenas ilhas no território brasileiro, devido à restrição da terra pelos grandes latifúndios. A constante fragmentação dos pequenos estabelecimentos, ilhados pelo processo de concentração da terra, somada à falta de incentivos públicos para a agricultura familiar e ao tamanho ínfimo dos mesmos são fatores limitantes da produção agrícola dos pequenos agricultores. Isto gera uma forte pressão sobre o uso dos pequenos estabelecimentos, ineficientes para a produção em função do tempo de pousio requerido pela terra, culminando em fracas colheitas, fator agravante da pobreza e da fome. Segundo Stedille (2000), o Brasil possui 3,9 milhões de estabelecimentos pobres, que exploram áreas insuficientes para seu sustento, e 4,9 milhões de famílias sem terra; refletindo a elevada concentração da propriedade da terra. Enfatiza o referido autor que nos estados do Piauí e da Paraíba, a média das famílias que vivem no meio rural, como trabalhadores que estão passando fome, chega a 70% do total.

Observa-se, nitidamente, a exclusão dos pequenos produtores, devido à concentração da terra e ao uso que se deu à tecnologia; pois, de acordo com Stedille (2000), dos 4,6 milhões de agricultores do país, cerca de 4,1 milhões são agricultores familiares, com pouca terra e acessos limitados a créditos, conhecimentos e tecnologias. Os outros 500 mil agricultores são os que detêm as maiores parcelas da terra, das tecnologias e da produção.

Tal situação é reforçada pela centralização e pela ampla hegemonia do capital financeiro, concentrador de terras nos locais onde predominam a monocultura exclusivista e a pecuária extensiva. O que obriga os pequenos produtores a serem trabalhadores assalariados nas grandes fazendas, a se integrarem por meio de relações não-capitalistas de produção, ou ainda, a migrarem para os centros urbanos, gerando excedente de mão-de-obra pouco qualificada nas periferias.

Apesar da produção de alimentos se concentrar em determinadas áreas, ela é passível de ser posta à disposição das populações famintas, dependendo, principalmente, de uma intenção política. Embora o Brasil tenha recordes de safras agrícolas, ele ainda não consegue garantir a segurança alimentar dos brasileiros que passam fome, revelando a perversidade da dialética riqueza-pobreza e abundância-escassez num país de grande extensão territorial.

O Brasil ainda tem insistido em medidas assistencialistas para combater a pobreza e a fome. Os programas de renda mínima, apesar de serem instrumentos importantes de redistribuição de renda, mostram-se, entretanto, incapazes por si só de erradicar a miséria; pois não conseguem romper o “círculo vicioso de reprodução da pobreza”.

Conseqüentemente, a produção de ilhas de riqueza em meio a mares de pobreza continuará sendo a marca inquestionável do (sub) desenvolvimento capitalista brasileiro, caracterizado por intensa concentração econômica da terra e da renda. A reprodução da desigualdade econômica, cunhada por este (sub) desenvolvimento, é fundamental para geração, manutenção e ampliação de outras formas de desigualdade. Por exemplo: ela também faz com que a esperança de vida seja distinta, próxima de 54 anos em vários municípios pobres do Nordeste e cerca de 78 anos em poucos municípios ricos do Sul, e que a mortalidade infantil seja diferenciada, desde que na ilha da abundância é de 6 por mil, ao passo que no mar da escassez devasta 135 por mil⁸.

Considerações finais

Tudo indica que a solução do problema da fome não reside na ampliação sucessiva da produção de alimentos, seja a partir da incorporação de novas áreas ou através da modernização produtiva

⁸ Dados recentes divulgados pelo *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, do PNUD, IPEA e FJP (2003), para o ano de 2000.

em áreas novas ou antigas, mas é, antes de tudo, uma questão de (re) distribuição.

Josué de Castro e suas diversas obras voltadas para várias áreas do conhecimento social, ao atribuir aos erros dos homens, ao espírito de ganância e à imprevidência, as principais responsabilidades pela fome e pela pobreza no mundo, são um extenso caminho de releituras das verdadeiras causas da fome, uma necessidade para a revisão da geografia da alimentação e do subdesenvolvimento.

Se dois terços da humanidade estão à margem da fome, num momento em que as técnicas modernas de produção são capazes de permitirem que todos possam dispor de uma alimentação suficiente e decente, fica claro que o problema da fome é, sobretudo, uma questão política.

Referências bibliográficas

- APPLEMAN, P. **A Explosão Silenciosa**. São Paulo: Atlas, 1973.
- BENARDE, M. A. **Corrida contra a fome**. Tradução de Tereza Borba Gallo e Avelino Corrêa. São Paulo: Atlas, 1971.
- BOUDREAU, F. Nutrition as a World Problem. **Transation of the New York Academy of Sciences**, vol. 8, n. 3, Jan. 1946.
- CARNEIRO, P. A. S.; PEREIRA, M. V. F. Território da Desigualdade: Pobreza, Fome e Concentração Fundiária no Brasil Contemporâneo. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 30, n.2, p. 255-270.
- CASTRO, A. M. **Biografia de Josué Apolônio de Castro**. Rio de Janeiro: FBCN, 2005. Apresenta fragmentos das obras de Josué de Castro. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2005.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

_____. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

_____. **O Livro Negro da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966a.

_____. A luta contra a fome no Nordeste do Brasil. In: CASTRO, J. *et al.* (Orgs.). **O Subdesenvolvimento Econômico**. Tradução de Antônio Sequeira Cabrita. Lisboa: Editorial Presença, 1966b.

_____. **Fome, um Tema Proibido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERNANDES, B. M.; GONÇALVES, C. W. P. (Orgs.). **Josué de Castro: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

HUXLEY, J. Gente Demais. In: OSBORN, F. (Org.). **As Pressões da População**. Tradução de George Allen. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p. 186-95.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

JONES, J. M. Entrevista do Presidente Kennedy. **The New York Times**, New York, 25 abr. 1963, p. 16.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre População**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NURKSE, R. **Some Aspects of Capital Accumulation in Underdeveloped Countries**. Cairo: [s.n.], 1952.

OSBORN, F. (Org.). **As Pressões da População**. Tradução de George Allen. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p. 24-31.

PARKER, F.W. As primeiras vitórias. In: CASTRO, J. *et al.*(Orgs.). **O Subdesenvolvimento Econômico**. Tradução de Antônio Sequeira Cabrita. Lisboa: Editorial Presença, 1966.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA e FJP, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

STEDILLE, J. P. A fome e a reforma agrária. In: FERNANDES, B. M.; GONÇALVES, C.W. P. (Orgs.). **Josué de Castro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

ZOTTOLA, G. A Fome, o maior flagelo da História. In: CASTRO, J. *et al.* (Orgs.). **O Subdesenvolvimento Econômico**. Tradução de Antônio Sequeira Cabrita. Lisboa: Editorial Presença, 1966.

Recebido em setembro de 2005

Aceito em dezembro de 2005